

Revolução Paulista de 1924 e a Batalha de São Paulo: análise das ações bélicas e consequências políticas

Fernando de Medeiros Vasconcelos ^a

Resumo: No ano de 1922 tivemos a eleição para presidente da República. Neste pleito concorreram ao cargo o candidato Nilo Peçanha, pelo Rio de Janeiro, e do outro lado Arthur Bernardes, pelo Estado de Minas Gerais. Essas eleições foram conturbadas, pois setores do Exército e da sociedade já demonstravam insatisfação com o rumo que a política nacional estava levando. Em consequência a essa crise política, ocorreu o levante militar do Rio de Janeiro, que culminou com o episódio dos “18 do Forte” e, dois anos depois, em 1924, a Revolução Paulista, um conflito que durou 23 dias, de 5 a 27 de julho daquele ano, vitimando centenas de pessoas, ferindo milhares. Esses episódios nos mostraram a capacidade bélica de distintas instituições, com o emprego de equipamentos modernos como o avião e o carro de combate, mas que, principalmente, conduziram o país a um movimento político, que teve reflexos até a segunda metade do século passado.

Palavras-chave: Revolução de 1924, Movimento Tenentista, Polícia Militar do Estado de São Paulo, Primeira República.

INTRODUÇÃO

No final do século XIX, o Brasil acabara de passar por um processo político militar de mudança da monarquia para a repúbli-

ca. O início desta nova forma de governo nos trouxe uma instabilidade política que catalisou movimentos armados a pressionarem o novo governo federal na busca de reformas que atendessem aos an-

^a Capitão da Polícia Militar do Estado de São Paulo, especialista em História Militar. Associado correspondente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



seios políticos de instituições e Estados, como o caso das duas revoltas da Armada e da Revolução Federalista, e ainda, o episódio da Guerra de Canudos. Tais eventos descortinaram a capacidade de movimentação bélica de elites locais que levaram ao poder, tanto nacional quanto estaduais, oligarquias políticas, inserindo o país em um período que ficou conhecido como a “República Velha”.

Vale ressaltar que, seguindo a filosofia de Platão, na oligarquia encontramos uma elite intelectual que governa o país, porém sem responsabilidade e sem assumir as consequências de seus atos, sendo diametralmente oposta ao conceito de aristocracia onde temos um mesmo nicho de pessoas que governam o país com responsabilidade, transparência e que respondem pelas consequências de seus atos.

Diante disso, no início dos anos 20, do século passado, o país vivia a república do café com leite, onde os cargos públicos eram divididos e decididos entre políticos locais e os cargos do executivo federal eram alternados entre

políticos de São Paulo e Minas Gerais, com eleições fraudadas, com compra de votos e até mesmo a utilização da violência para que os eleitores votassem em um determinado candidato.

No ano de 1922 tivemos a eleição para presidente da república, em que concorreram ao cargo o candidato Nilo Peçanha, pelo Rio de Janeiro, e do outro lado Arthur Bernardes, pelo Estado de Minas Gerais. O presidente em exercício era Epitácio Pessoa. Essas eleições foram conturbadas, pois setores do Exército e da sociedade já demonstravam insatisfação com o rumo que a política nacional estava levando.

Neste cenário nós tivemos o levante armado realizado por militares do exército contra a vitória de Arthur Bernardes, eleito em 01 de março, com o objetivo de não o deixarem tomar posse no dia 15 de novembro. Algumas unidades aderiram à revolta; todos rechaçados por tropas legalistas, porém somente uma conseguiu fazer resistência, chegando a bombardear a cidade do Rio de Janeiro, o que levou o



Congresso a votar pelo Estado de Defesa; estamos falando do Forte Copacabana.

Nesse episódio vimos a marcha dos revoltosos do Forte, saindo da Unidade com arma em punho em direção ao Palácio do Catete, sede do Governo da República. Nesse trajeto entraram em confronto com tropas do 3º Regimento de Infantaria do Exército e da Polícia Militar do Rio de Janeiro, que foi finalizado por uma carga de baionetas; somente sobreviveram os Tenentes Siqueira Campos e Eduardo Gomes.

Ambos presos, receberam a visita do presidente Epitácio Pessoa ainda no hospital e foram libertados por meio de um habeas corpus. Quando soltos, entraram na clandestinidade e passaram a se corresponder com dois Oficiais, irmãos, que estavam no Mato Grosso. Eram eles o capitão Joaquim Távora e o tenente Juarez Távora.

Nessa interlocução os militares juntaram-se ao general de brigada Isidoro Dias Lopes e decidiram realizar outro levante armado

contra o agora presidente Arthur Bernardes, que ainda governava o Brasil sob aquele mesmo Estado de Defesa decretado por Epitácio Pessoa. Estamos falando de 1924 e agora a cidade escolhida para o levante é São Paulo e a data é o 5 de julho em comemoração aos dois anos do levante dos “18 do Forte”.

SÃO PAULO EM 1924

Neste ano a capital paulista possuía aproximadamente 700.000 habitantes, o Estado era governado pelo Dr. Carlos de Campos e tinha como prefeito o Dr. Firmiano Pinto. É nessa época que as primeiras indústrias começam a se consolidar e São Paulo passa a ter uma população operária, o que dá início a chegada de imigrantes e ao êxodo rural, criando, no entorno das fábricas, cortiços e vilas operárias.

Em 1917 a cidade passa por sua primeira greve geral em que operários paralisaram as fábricas em busca de melhores salários e condições de trabalho. Nesse momento, verifica-se o protagonismo



do capitão Miguel Costa, do Regimento de Cavalaria da Força Pública do Estado de São Paulo, que, quando no comando de um Esquadrão designando para reprimir a greve, realizou a negociação entre a liderança grevista e os donos das fábricas, algo inédito no país até então. O aumento salarial foi atendido, porém as melhorias nas condições de trabalho não ocorreram. Saliente-se que nessa época era considerado normal o trabalho infantil e que elas recebiam um quarto do salário de um homem e as mulheres metade do salário masculino. Vale salientar que escola não era obrigatória e as poucas que existiam eram frequentadas por uma pequena parcela da população.

Na economia paulista predominava o cultivo do café, sendo o carro chefe do PIB do país e, dada sua grande importância, possuía uma bolsa de valores exclusiva para esse produto.

Devido a indústria nascente e o cultivo do café, São Paulo passa a ser conhecido e a receber o título de “Locomotiva do Brasil”.

A FORÇA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Criada em 1831, ainda no período Regencial, a Força Pública Paulista, hoje Polícia Militar, contava com um efetivo de 8.814 homens, possuía cinco Batalhões de Infantaria, um Regimento de Cavalaria, um Corpo de Bombeiros, dois Corpos de Guarda Cívica, uma Esquadilha de Aviação Militar, uma Escola de Aviação, um Corpo Escola (atual Academia de Polícia Militar do Barro Branco), além de unidades administrativas.

Quem comandava a instituição era o coronel Domingos Quirino Ferreira e estava em curso uma Missão Militar do Exército Francês, sob o comando e supervisão do general Nerel. Esta missão tinha como escopo a profissionalização, estruturação e adestramento de todos os quadros da força paulista e já estava funcionando desde março de 1906.

Ressalta-se que as instruções eram modernas e traziam táticas e técnicas recém-criadas e utilizadas pelos franceses na Primeira Grande



Fig. 1 – Tropa em forma no Quartel da Luz em 1910.



Fonte: Museu da PMESP

Guerra, dando a tropa bandeirante uma capacidade de ação bélica e de disciplina equivalente ao padrão europeu.

Cabe destacar que nesse período as forças públicas estaduais possuíam uma dupla função, quais sejam, a missão bélica de defesa interna do país e secundariamente exerciam a função de polícia. A mudança foi ocorreu com a Emenda Constitucional de 1969, que definiu a essas instituições estaduais tão somente a missão de polícia, tornando-as militares de natu-

reza policial, seguindo o padrão da *Gendarmerie* francesa, pós Segunda Guerra Mundial.

Mesmo assim, naquele período dos anos vinte, tanto os Oficiais como Praças passavam por problemas de baixos salários, levando, por exemplo, a Tenentes viverem em vila de operários, conforme narrado pelo coronel Benito Serpa, em seu livro *Verdun Paulista*.

Essa instituição vem desde o século XIX participando de vários momentos históricos do país. Porém, ainda na década de 1890, ela



exerceu um protagonismo na Revolução Federalista e na quarta expedição a Canudos, onde na primeira participou ativamente na retomada do Estado do Paraná das mãos dos rebeldes e, na segunda, teve um papel importantíssimo na escolha da logística da campanha e na tomada do arraial. Esses episódios demonstraram o adestramento e a capacidade de mobilização expedicionária tão necessárias naqueles primeiros anos conturbados da República.

Devido à estrutura, ao treinamento, à capacidade operacional e, principalmente, à história militar paulista, o general Augusto Tasso Fragoso apelidou São Paulo de “A Prússia Brasileira”¹.

POR QUE SÃO PAULO FOI ESCOLHIDA PARA SER PALCO DO NOVO LEVANTE?

Após a repressão ao levante militar no Rio de Janeiro em 1922 pelo presidente Epitácio Pessoa e a assunção do Presidente Arthur Bernardes, que continuou a gover-

nar o país por decreto e em Estado de Defesa, para perseguir opositores políticos e reprimir qualquer manifestação de descontentamento, instaurou-se um estado policial, que deixou a capital federal extremamente policiada.

Os novos revoltosos, agora liderados pelo general Isidoro, que substituiu o marechal Hermes da Fonseca, falecido em 1923, escolheram a cidade de São Paulo para ser palco desse novo levante, por ser a segunda maior cidade do país. Além disso, a capital paulista possuía poucos quartéis do Exército, em comparação a capital federal. Ademais, a população paulistana era descontente com o governo e detinha uma massa operária, que nutria o sentimento de injustiça em razão das consequências da greve de 1917.

Tudo isso aliado ao fato do Estado possuir uma força militar preparada e equipada, mas mal remunerada, levou Isidoro a tentar cooptar o máximo de oficiais da Força Pública, por meio do, agora, major Miguel Costa, a fim de sublevar os quartéis paulistas, dominar



a cidade e tomar o Rio de Janeiro, destituindo o presidente Arthur Bernardes.

Este foi o cenário escolhido para ser alvo do novo levante militar.

Cabe salientar que tal levante não possuía o escopo de implantar no país uma nova ideologia ou sistema político, mas sim, possuía um caráter reformista, ou seja, de modificar a maneira como era conduzida a política no país.

A REVOLUÇÃO

Com o objetivo de tomar a capital paulista e deslocar as tropas rumo a capital federal para destituir Arthur Bernardes, bem como para reformar a política nacional, na madrugada de 05 de julho, no dia em que o levante do Forte Copacabana fazia dois anos, o, agora, major Miguel Costa, subcomandante do Regimento de Cavalaria da Força Pública (RC), dá início ao

levante prendendo o Comandante da Unidade e, na sequência, determinando a tomada do 1º Batalhão de Infantaria (1º BI).

Nessa mesma madrugada o capitão Joaquim Távora, o tenente Eduardo Gomes e o tenente Juarez Távora sublevaram o 4º Batalhão de Caçadores (4º BC), do Exército Brasileiro, que ficava em Santana, levando sua tropa para participar da tomada do complexo de quartéis paulista no bairro da Luz.

Ainda tivemos o deslocamento de uma Bateria de canhões Krupp 75mm, que foi levada pelos tenentes Custódio de Oliveira e Filinto Müller, ao Campo de Marte, na zona norte da cidade, para executarem o bombardeamento da região da Luz e do Palácio dos Campos Elíseos. Porém, durante o posicionamento das peças, uma delas passou por cima do pé do tenente Custódio, vindo este a socorrer-se em uma farmácia, sendo preso neste local por tropas legalistas.



Fig. 2 – Militares revoltosos no telhado do 1º BI após a sua tomada.



Fonte: Yuri Costa.

Ainda, o general de divisão Abílio de Noronha, que estava em uma festa no Consulado dos Estados Unidos, em comemoração ao dia da independência, recebeu a notícia de que estava havendo um levante no 4º BC e, de imediato, avisou o Ministro da Guerra, marechal Setembrino de Carvalho, ao Governador Carlos de Campos e ao major Marcílio Franco, da Força Pública, Chefe da Casa Militar do Estado, que ao receber a notícia se deslocou aos Campos Elísios para montar uma resistência com sua tropa.

Durante essas primeiras horas ocorreu a prisão do Comandante Geral da Força Pública, que foi

pego em sua casa ainda de pijamas pelo capitão Joaquim Távora. No 4º Batalhão de Infantaria da Força Pública (4º BI) tivemos o levante comandado pelo capitão Índio Brasil que com o apoio de tropas vindas do 4º BC, fez o aprisionamento dos Oficiais e praças que não aderiram a revolução. Ainda pela manhã, o general Abílio deslocou-se em direção ao 4º BC em sua viatura e, ao passar pelo 4º BI, deparou-se com sua tropa guarnecendo aquela Unidade; de imediato, determinou que seus homens retornassem ao seu batalhão, deixando o quartel paulista sob o comando do tenente Antônio Pietcher, da Força Pública, que de



pronto posicionou as metralhadoras Hotchkiss no telhado e em trincheiras no entorno da caserna para realizar a resistência contra os demais quartéis, e para não deixar que os revoltosos saíssem para realizar a tomada por completo da cidade.

Após liberar o 4º BI, o general Abílio foi até o Corpo Escola e por lá foi preso pelo próprio general Isidoro, que acabara de chegar para assumir o comando da revolução.

Com a chegada do comando revolucionário, tropas revoltosas tentam, sem êxito, tomar o Palácio dos Campos Elísios, pois são rechaçados pelas tropas comandadas pelo major Marcílio. Após esse recuo, os canhões revolucionários, sob o comando do tenente Eduardo Gomes, iniciam um bombardeio ao quartel do 4º BI, foco da resistência legalista, e a sede do governo estadual.

Com o início dos bombardeios e o confronto entre tropas legalistas da Força Pública e os revoltosos, a região central da capital se torna um campo de batalha, aos moldes das campanhas urbanas da Grande

Guerra; inúmeras trincheiras são construídas nas ruas, mais de duzentas, e, com isso, cada quarteirão se torna um objetivo a ser conquistado. Para diferenciar as tropas legalistas das revoltosas é determinado pelo tenente-coronel Pedro Dias de Campos, responsável pelo comando das tropas legalistas, que estas passem a utilizar chapéus de aba larga requisitados no comércio local.

É nesse período que chegaram a São Paulo, a bordo do encouraçado Minas Gerais, tropas Marinha que desembarcaram em Santos e seguiram para a capital, levando canhões Krupp e Armstrong, ambos 75mm. Já na cidade, estacionaram na várzea do Carmo, onde fica hoje o Parque Dom Pedro, e iniciaram o bombardeio do Quartel da Luz, que abrigava o 1º Batalhão de Infantaria da Força Pública (1º BI) e o RC.

Com a intensificação do bombardeio legalista, o tenente Eduardo Gomes que se encontrava com peças de artilharia dentro do 1º BI, pega um dos canhões, o posiciona na rua João Teodoro e efetua dispa-



Fig. 3 – Revoltosos no pátio do 1º BI da Força Pública.



Fonte: Museu da PMESP.

ros que acertam em cheio a sede da Secretária da Justiça, ou seja, o quartel-general legalista, vitimando militares e danificando gravemente o edifício.

Após este episódio, Carlos de Campos, ao ver todo esse caos na capital, que, em sua visão, estava incontrolável, decide reunir os membros do governo e abandonar a cidade. Durante o deslocamento para Santos, ainda em São Bernardo, o governador toma a decisão de se encontrar, na localidade de Guaiaúna (hoje bairro da Penha), com o general de divisão Eduardo

Arthur Sócrates, que já estava reunindo forças legalistas do próprio Exército e das Forças Públicas de Minas, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, e de um reforço do Corpo de Fuzileiros Navais.

O general Isidoro, também, ao verificar o impasse em que se encontravam os combates, decide, junto com o major Miguel Costa, se renderem. Para isso o major redige uma carta assumindo toda a responsabilidade do levante e pede para que seus homens sejam anistiados e suas promoções por bravura



Fig. 4 – Tenente João Cabanas promovendo a cabo um soldado.



Fonte: Yuri Costa.

outorgadas durante os conflitos fossem mantidas.

Na manhã do dia 9 de julho, Miguel Costa ao chegar ao Palácio dos Campos Elísios encontrou o lugar abandonado. Com essa situação ele manda um mensageiro avisar ao general Isidoro que a revolução estava ganha, uma vez que o governo e as tropas legalistas haviam abandonado a cidade. De imediato o tenente João Cabanas,

também do RC, determina que seus homens guardem todos os objetos de valor e dinheiro encontrado pelo palácio no cofre do edifício, sendo ele próprio o fiscalizador desse ato.

Ainda nesse dia a população começa a sair às ruas e a festejar com os revoltosos, haja vista que não havia policiamento na cidade, pois as tropas legalistas haviam se retirado. Começou, então, uma onda de saques a todo o tipo de



comércio, armazém e fábricas, levando o tenente Cabanas a reunir tropas para restabelecer a ordem; chega até mesmo a determinar o fuzilamento de homens que estavam promovendo a pilhagem.

No dia 10 de julho, o general Sócrates, após reunir aproximadamente 15.000 homens, inicia o bombardeio da cidade e a invasão por tropas legalistas. Com isso, os rebeldes montam uma linha defensiva que ia desde a Vila Guilherme, passando pelo Belenzinho, Móoca, Cambucí, Vila Mariana, Jardim Europa até o bairro de Pinheiros.

Os combates seguiram, juntamente com o bombardeio, tanto de canhões quanto por aviões do exército vindos dos Afonsos na Capital Federal. O tipo de bombardeio executado foi o Terrificante, largamente utilizado pelos alemães na grande guerra, que, por não ter alvo definido e simplesmente realizar disparos a esmo, causava o terror na população civil e, por isso, seu uso foi considerado crime após a Primeira Grande Guerra. Contudo, tal estratégia já havia sido utilizada em Canudos e na Guerra do Con-

testado, mostrando-nos o embate entre uma doutrina antiga sendo utilizada pelo general Sócrates e outra moderna sendo executada pelos rebeldes, cujos Oficiais eram alunos dos militares da Missão Francesa.

Ainda no dia 10, o tenente Cabanas consegue repelir, após uma manobra ao longo do rio Tietê, uma ofensiva legalista que vinha pela zona leste. Isso fez com que as tropas governistas estacionassem no Belenzinho por um tempo.

Durante os combates, o General Isidoro resolveu alistar civis para formar Batalhões de Voluntários. É nesse momento que temos a formação de uma unidade estrangeira formada por alemães, italianos e húngaros, todos veteranos da Primeira Guerra.

Chegam a São Paulo, no dia 11, para dar apoio aos revoltosos, o 4º Regimento de Artilharia Montado, de Itu, e o 5º Batalhão de Caçadores, de Rio Claro, ambos do Exército.

No dia 14 as tropas legalistas conseguiram se posicionar no



Cambuci, Aclimação e Vila Mariana. Nesse local, a fortaleza legalista era o 5º Batalhão de Infantaria da Força Pública (5º BI), que encontrava na rua Vergueiro com os combates intensos e o avanço das tropas revoltosas sob comando do capitão Joaquim Távora. A esta altura, os legalistas começam a abandonar seus postos. No dia 16, o 5º BI cai, mas, durante a rendição da unidade, um militar alveja o capitão Joaquim com um disparo em seu peito. Este é socorrido ao Hospital da Força Pública, que era utilizado pelos rebeldes, vindo a falecer no dia 19.

Devido à demora do avanço da tropa legalista e a queda de alguns redutos, os bombardeios são intensificados e temos o avanço de carros blindados. Esses carros de combate eram Renault FT-17, utilizados pelos franceses na guerra e recém-adquiridos pelo Exército. Porém, como eles avançaram em um ambiente urbano sem apoio de uma tropa de infantaria, foram facilmente combatidos pela Unidade de veteranos estrangeiros, uma

vez que estes já o conheciam de outros combates no velho mundo.

No dia 22, o tenente Eduardo Gomes, juntamente com o piloto alemão Carlos Herdler, decide pegar um avião da Força Pública, decolar do Campo de Marte rumo ao Rio de Janeiro, levando panfletos a serem lançados sobre a capital federal e algumas bombas para serem lançadas contra o Palácio do Catete, sede, naquela época, do Governo Federal. Contudo, ao passarem pela cidade de Cruzeiro, próximo a divisa entre os Estados, o avião apresenta uma falha mecânica obrigando o piloto a fazer um pouso forçado. Após este fato, ambos os ocupantes fugiram para a clandestinidade.

Dia 25 dá-se início a uma ofensiva geral dos governistas, fazendo com que os revolucionários recuassem para o centro, na região da Luz. Esse recuo só se concretizou graças ao apoio da artilharia rebelde, que estancou o avanço da ofensiva.

Com isso o general Sócrates dá um ultimato, com panfletos lançado por aviões, para que a



Fig. 5 – Bombardeio a São Paulo.



Fonte: Yuri Costa.

população, que ainda restava, deixasse a cidade, pois seria realizado um grande bombardeio final, sinalizando que tudo seria destruído.

Diante dessa situação e devido a exaustão da tropa, o general Isidoro, junto com o major Miguel Costa, resolveu realizar a retirada de todo o efetivo rebelde da cidade e dar continuidade da luta no interior de São Paulo.

Com isso, no dia 27 a partir das 14h, tem início, na estação da Luz, do embarque em 13 composições, cada uma sendo cabeceada por uma locomotiva com 16 va-

gões. Enquanto os homens embarcavam todo o material, rebeldes faziam combate aos legalistas com tropas entrincheiradas e artilharia. Ao todo conseguiram embarcar aproximadamente 6.000 homens, 500 cavalos, seis baterias de artilharia, além de todo o armamento recolhido nos quartéis, munições e equipamentos de campanha.

Ao cair da noite, as composições começaram a deixar a estação rumo à cidade de Bauru, a última composição a sair foi a comandada pelo tenente João Cabanas, que ficou com a incumbência de des-



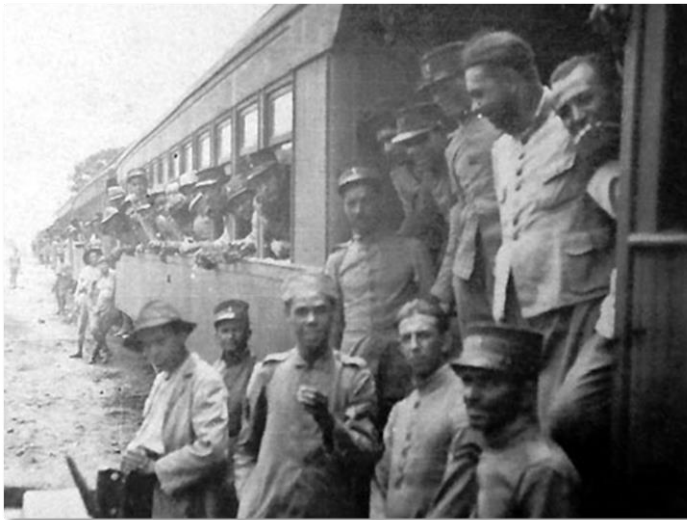
truir linhas férreas e pontilhões, bem como dar combate a tropas governistas com o objetivo de atrasá-los e dissuadi-los.

No dia seguinte, ao amanhecer as tropas governistas começam a avançar e verificar a falta de combate e de disparos de artilharia.

Conforme relato do general Abílio de Noronha, o general Sócrates havia falhado em fixar os rebeldes na capital, “deixando todos escaparem-lhe entre os dedos”.

Ainda pela manhã, a capital paulista já estava tomada pelas

Fig. 6 – Rebeldes a bordo do trem em uma parada.



Fonte: Museu da PMESP.

Aos poucos verificaram o abandono de trincheiras e, ao chegarem ao centro, descobrem barreiras com bonecos de palha armados com fuzil.

tropas governamentais e findado o levante. Porém, os combates se seguiram pelo interior de estado. Os rebeldes desembarcaram em Bauru e de lá iniciaram a Divisão



Revolucionária “Coluna Miguel Costa”, que em um primeiro momento tinha como destino o Estado do Mato Grosso, mas, devido aos constantes combates, rumaram para o sul em direção ao Paraná, iniciando período de conflitos que se estendeu de 1925 até 1927 e ficou conhecido como a perseguição à Coluna Miguel Costa-Prestes.

Fig. 7 – Carro de combate FT-17 no centro de São Paulo.



Fonte: Yuri Costa.

CONSEQUÊNCIAS

Durante os dias de combate, no que podemos chamar de “A Batalha de São Paulo”, tivemos o êxodo de mais da metade da popu-

lação, aproximadamente 700.00 pessoas, a destruição do parque industrial e de mais 2.000 edifícios, 503 mortes e 4.846 feridos, conforme contagem da prefeitura, o corte de água e luz; corpos foram enterrados onde podiam. Tivemos a atuação exaustiva do Corpo de Bombeiros da Força Pública, principalmente durante os bombardeios, para controlar os incêndios; esse foi o único órgão público que conseguiu apoiar a população durante o caos.

Neste evento ficou clara a intenção do governo federal e estadual em levar a guerra a suas últimas consequências. Isso ficou bem claro nas mensagens entre ambos os chefes do executivo e também do Ministro da Guerra.

Governador Carlos de Campos: “São Paulo prefere ver destruída sua bela capital antes do que destruída a legalidade no Brasil”.

Presidente Arthur Bernardes: “Se São Paulo for destruída ao preço da conservação do império da lei, essa destruição está justificada”.



Ministro da Guerra marechal Setembrino de Carvalho:

Os danos materiais de um bombardeio podem ser facilmente reparados [...], mas os prejuízos morais, esses não são suscetíveis de reparação [...] Posso, entretanto, asseverar a Vossa Excelência e demais concidadãos que as nossas tropas não causarão danos materiais inúteis à bela e florescente cidade de São Paulo, senão que usarão de artilharia na medida estrita das necessidades militares.

Décadas depois, o ex-presidente Arthur Bernardes disse ao repórter Manuel Bispo, do jornal *Última Hora*, "fui apenas um chefe de polícia. E, chefe de polícia ante as pressões revolucionárias, só sabia fazer uma coisa: prender, perseguir, conter pelo terror". Passou o mandato trancado no Catete².

Vale ressaltar que é em seu governo que foi criado a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), gerando um estado policial, que rapidamente aprendeu a perseguir e reprimir todo o tipo de

oposição política, sendo essa ferramenta aprimorada e mantida por governos seguintes.

Por fim, vale destacar a reformulação que a Força Pública do Estado de São Paulo sofreu:

- Aumento do efetivo da Força Pública para 14.200 homens.
- Rescisão do contrato da Missão Militar Francesa, que naquele momento já estava iniciando a implementação da doutrina de pensamento estratégico e emprego de grandes contingentes e Unidades em ações bélicas, pensamento esse que só foi consolidado em 1970, com a criação do Curso Superior de Polícia, mas com o foco no emprego policial.
- Mobilização da Força Pública de São Paulo para perseguir a Divisão Revolucionária pelo interior do Brasil, de 1924 a 1927.
- A transformação dos dois Corpos de Guarda Cívica no 6º e 7º Batalhões de Infantaria da Força.
- Criação da Divisão Mista, comandada pelo coronel Pedro Dias de Campos, que atuou no interior de São Paulo, Mato Grosso



e Goiás.

- Criação da Guarda Civil do Estado em 1926 para policiar a capital paulista, uma vez que a Força Pública estava ausente.

sistema de governo, como ocorrera naquele 15 de novembro de 1889, mas sim com o escopo de reformar a política administrativa do país, buscando retirar o Estado das mãos de um sistema oligárquico, que

Fig. 8 – Militares da Força Pública de São Paulo com um canhão Krupp 75mm



Fonte: Yuri Costa.

CONCLUSÃO

Conforme verificamos ao longo dessa pesquisa, o levante armado de 1924 descortinou o Tenentismo e mostrou-nos a entrada, agora de uma nova maneira, de setores militares na política nacional, não com o objetivo de mudar o

privilegiava uma pequeníssima parcela da população enquanto o resto sofria com as consequências dos desmandos.

Vale ressaltar que, desde o início do Brasil em 1500, as revoltas políticas sempre foram palcos de lutas armadas e que isso perdurou até o século XX, ou seja, a



utilização da força e da violência sempre esteve presente política nacional e a revolução de 1924 não fugiu dessa realidade. Porém devemos destacar que ela colou o país em uma marcha que culminou com a revolução de outubro de 1930 tendo reflexos até o governo militar iniciado em 1964.

No campo militar observamos a diferença de estratégias e doutrinas, uma vez que o comando rebelde utilizou táticas e técnicas francesas, que já vinham sendo implementadas desde 1906 em São Paulo. Isso fez total diferença no campo de batalha, pois os rebeldes, mesmo comandados por oficiais de baixa patente, conseguiram dar combate a tropas mais numerosas com comandantes forjados em campanhas do final do século XIX. Isso fez total diferença durante os 23 dias de luta, onde, por exemplo, um efetivo comandado pelo tenente João Cabanas conseguiu dissuadir uma brigada do General Florindo Ramos, mostrando-nos que o alinhamento de tática, técnica e equipamento, dentro de uma estratégia de controle de tempo e espaço,

atrelado à capacidade de decisão, fazem uma grande diferença no teatro de operações.

Por fim, ao estudar este episódio esquecido de nossa história, verificamos o protagonismo de instituições militares e sua importância e legado deixado para o país, seja no campo político, seja no campo bélico, atendo-nos à construção de nossa democracia, dissecando nosso processo civilizatório de maneira transparente.

BIBLIOGRAFIA

BENITO, Serpa. *A Verdun paulista: episódios da defesa do 4º Batalhão da Força Pública durante a Revolução de 1924*. São Paulo: Gráficas Biblos, 1962.

CABANAS, João. *Coluna da morte!* João Cabanas. São Paulo, UNESP, 2014.

DÓRIA, Pedro. *Tenentes: a guerra civil brasileira*. São Paulo: Record, 2022.



McCANN, Frank. *Soldados da Pátria: a história do Exército Brasileiro 1889–1937*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MEIRELLES, Domingos. *As noites das grandes fogueiras*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

TELHADA, Paulo Adriano. *Quartel da Luz, mansão da ROTA: Histórias do Batalhão Tobias de Aguiar*. São Paulo: Just, 2011.

¹ McCANN, Frank. *Soldados da Pátria: a história do Exército Brasileiro 1889–1937*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

² DÓRIA, Pedro. *Tenentes: a guerra civil brasileira*. São Paulo: Record, 2022.